

**O PAPEL DO DA ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E DO CARTÃO DE CRÉDITO NO  
ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES BRASILEIROS**

**THE ROLE OF FINANCIAL LITERACY AND CREDIT CARD DEBT IN THE  
BRAZILIAN CONSUMER**

**Rosimara Donadio**

Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo – FEA/USP  
Professor da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais –  
ANBIMA  
E-mail: [rosimaradonadio@gmail.com](mailto:rosimaradonadio@gmail.com) (Brasil)

**Milton de Abreu Campanario**

Doctor of Philosophy pela Cornell University, Estados Unidos  
Coordenador e Professor do Programa Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade  
Nove de Julho – PPGA/UNINOVE  
E-mail: [campanario@uninove.br](mailto:campanario@uninove.br) (Brasil)

**Armênio de Sousa Rangel**

Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo – USP  
Professor de Economia da Universidade Federal da Bahia – UFBA  
E-mail: [armenio@usp.br](mailto:armenio@usp.br) (Brasil)

## O PAPEL DO DA ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E DO CARTÃO DE CRÉDITO NO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES BRASILEIROS

### RESUMO

O objetivo do presente estudo é realizar uma revisão teórica sobre a importância que o acesso ao cartão de crédito e o nível de alfabetização financeira têm no endividamento do consumidor brasileiro. Nos últimos anos, o crescimento do endividamento da população brasileira tem batido recordes e a maior parte das dívidas refere-se aos gastos com cartão de crédito. Vários podem ser os fatores que influenciam esse fenômeno: o baixo grau de alfabetização financeira, a disseminação do cartão de crédito e sua respectiva facilidade de uso, a popularização da oferta de crédito, dentre outros. Estes e outros fatores parecem agir de forma conjunta no aumento de gastos e conseqüente endividamento da população, gerando severas conseqüências individuais, econômicas e sociais.

**Palavras chave:** Alfabetização financeira; Cartão de crédito; Endividamento; Dívida; Consumidor.

## THE ROLE OF FINANCIAL LITERACY AND CREDIT CARD DEBT IN THE BRAZILIAN CONSUMER

### ABSTRACT

This paper aims to revise the literature about the influence that both the access to credit cards and the level of financial literacy have over the indebtedness of the Brazilian consumer.

In the late years, the indebtedness of Brazilian population is growing more and more, and the most of these debts come from credit cards.

Many can be the factors that are influencing the growing of indebtedness: low level of financial literacy, the dissemination of credit card as well as the way it simplifies the transactions, the growing offer of credit, among others.

These and other factors seem to be contributing to increase Brazilian consumer's expenses and indebtedness, leading to serious individual, social and economic consequences.

**Keywords:** Financial literacy; Credit cards; Indebtedness; Debt; Consumer.

## 1 INTRODUÇÃO

A questão do endividamento da população tem assumido importância cada vez maior, tanto no cenário econômico mundial como nacional. O assunto vem ocupando cada vez mais espaço na imprensa, pressionando as autoridades competentes a avaliar o problema mais de perto e a tomar atitudes para refrear seu avanço.

A crise financeira e econômica que teve início em 2008 nos Estados Unidos, espalhando-se depois para o resto do mundo, teve como gatilho justamente o endividamento da população. Naquele caso, os empréstimos que representaram o estopim da crise foram os concedidos a uma camada específica da população para financiamento de imóveis. Os tomadores eram cidadãos com baixo nível de alfabetização geral, baixa alfabetização financeira, baixa renda, sem ativos ou garantias para caucionar seus empréstimos, os quais ficaram conhecidos como “empréstimos NINJA” (*No Income, No Job, (and) no Assets*), expressão que foi popularizada para descrever as hipotecas concedidas a pessoas “sem renda, sem trabalho e sem ativos.”. A expressão foi cunhada por Charles M. Morris, em seu livro *The Trillion Dollar Meltdown: Easy Money, High Rollers, and the Great Credit Crash*, publicado em 2008.

A questão da alfabetização financeira preocupava tanto profissionais do mercado financeiro como acadêmicos muito antes de culminar numa das piores crises financeiras mundiais.

Marcolin e Abraham (2006) já ressaltavam que, diante de fatores como a facilidade de crédito, o rápido crescimento dos produtos financeiros e a popularização do cartão de crédito, a alfabetização financeira passou a assumir importância cada vez maior.

De acordo com Lusardi (2009), há evidências de que muitos indivíduos não estão preparados para tomar decisões financeiras saudáveis, dado o alto grau de falta de alfabetização financeira dos mesmos. A autora ressalta que, nos Estados Unidos, a falta de alfabetização financeira é ainda maior em alguns grupos, como hispânicos, afro-americanos e mulheres.

Na verdade, o baixo grau de alfabetização financeira não é um fenômeno apenas americano. Marcolin e Abraham (2006) compararam e analisaram estudos sobre o tema desenvolvidos na Austrália, Estados Unidos e Reino Unido com o objetivo de determinar as semelhanças como de inconsistências. As autoras concluíram que os três países indicaram resultados semelhantes, mostrando que a média de alfabetização financeira da população em geral é baixa e que indivíduos com maior nível de educação formal tendem a ter maior alfabetização financeira.

No Brasil, o crescente grau de endividamento leva a acreditar que haja uma ampla parcela da população com baixa alfabetização financeira, o que torna os indivíduos mais propensos ao

endividamento. Lusardi e Tufano (2009) destacam que indivíduos com baixa alfabetização relacionada ao endividamento (*debt literacy*), considerada parte integrante da alfabetização financeira, tendem a incorrer em transações de alto custo, pois, pagam tarifas mais altas e utilizam vias de contratação de empréstimo de alto custo.

O endividamento da população brasileira tem batido recordes. Entre cartões de crédito, cheque especial, financiamento bancário, crédito consignado, empréstimos para compra de veículos e imóveis, a dívida das famílias atingiu R\$ 715,19 bilhões no final de 2011. É o equivalente a dizer que, na média, cada um dos mais de 192 milhões de brasileiros deve R\$ 3.724 às financeiras e bancos. No entanto, a maior parte do endividamento das famílias brasileiras se dá via cartão de crédito, que é responsável por 73% do endividamento do total da população, segundo a Pesquisa Nacional de Inadimplência do Consumidor realizada em dezembro de 2011, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Portanto, é de extrema relevância entender algumas questões básicas ainda pouco exploradas na literatura acadêmica nacional: o consumidor brasileiro tem conhecimento suficiente para contrair tantos empréstimos? Qual seu nível de alfabetização financeira? Ele está consciente da proporção que suas dívidas podem adquirir se não forem corretamente administradas? E quanto ao cartão de crédito, o consumidor está ciente das tarifas, taxas e outros custos que incorrerá ao não realizar o pagamento total da fatura? O uso do cartão o torna mais vulnerável a gastar mais, ultrapassando seu nível de renda?

As respostas a essas questões são extremamente importantes para que se entenda corretamente o motivo do considerável crescimento do endividamento dos consumidores brasileiros, o qual pode gerar consequências relevantes em seu bem estar, seus relacionamentos pessoais e convívio social, além, é claro, de gerar externalidades para a economia e sociedade como um todo.

O presente trabalho não pretende responder a todas as questões acima colocadas, mas, apenas, realizar a revisão da literatura sobre aspectos relevantes ao tema, ressaltar a importância do mesmo e propor estudos posteriores mais aprofundados, que busquem chegar às respostas dessas questões.

Portanto, dada à relevância que o endividamento via cartão de crédito tem assumido no contexto econômico e social brasileiro, a questão que se pretende responder com o desenvolvimento do trabalho é: como o acesso ao cartão de crédito e o grau de alfabetização financeira influenciam o grau de endividamento do consumidor brasileiro?

O objetivo geral do estudo é realizar uma revisão da literatura sobre a influência que o acesso ao cartão de crédito e do grau de alfabetização financeira têm no nível de endividamento do consumidor brasileiro.

Os objetivos secundários são:

- Apresentar a definição do conceito de alfabetização financeira, de acordo com a literatura.
- Apresentar o papel que a alfabetização financeira exerce no grau de endividamento.
- Apresentar a influência do cartão de crédito no endividamento do consumidor brasileiro.

Para alcançar os objetivos propostos, o estudo está dividido na revisão da literatura sobre alfabetização financeira, influência do acesso cartão de crédito no grau de endividamento pessoal, apresentação de dados secundários sobre o endividamento do consumidor brasileiro, conclusões preliminares e sugestões para novos estudos.

## **2 O QUE É, E COMO PODE SER MEDIDA, A ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA?**

De acordo com Huston (2009), o termo “alfabetização financeira”, em Inglês *Financial Literacy*, tem sido frequentemente utilizado como sinônimo de “educação financeira” ou conhecimento financeiro. E, dentre os pesquisadores, poucos tentaram definir ou diferenciar esses termos.

No entanto, a autora pontua que, se esses dois construtos são conceitualmente diferentes e usá-los de forma intercambiável pode gerar problemas, pois, na verdade, a alfabetização financeira vai além da educação financeira pura e simplesmente. A alfabetização financeira possui duas dimensões: o entendimento, que representa o conhecimento financeiro pessoal – ou educação financeira -, e sua utilização, a aplicação dos conhecimentos na gestão das finanças pessoais.

Criddle (2006) ressalta que ter alfabetização financeira não é apenas saber checar contas bancárias ou construir orçamentos para poupança futura. Segundo esse autor, a definição de alfabetização financeira inclui o aprendizado quanto à escolha de uma multiplicidade de alternativas para estabelecer os objetivos financeiros e reflexão sobre os próprios valores sobre dinheiro.

Huston (2009) observa que, apesar de várias definições terem sido propostas para alfabetização financeira, ela ainda não tem uma definição que seja aceita universalmente.

Segundo ela, alfabetização financeira poderia ser definida como a medida de como o indivíduo entende e utiliza as informações relacionadas a finanças pessoais.

Após revisar setenta e um estudos sobre o tema, Huston (2009) define a alfabetização financeira como sendo tanto o conhecimento como a aplicação de capital humano especificamente às finanças pessoais, resultando em um comportamento capaz de elevar o bem-estar financeiro do indivíduo. Além de possuir conhecimento financeiro e/ou educação financeira, para considerar-se que o indivíduo possui alfabetização financeira, ele deve ter a habilidade e a confiança de aplicar esse conhecimento para tomar decisões financeiras de forma a aumentar seu bem-estar. Ela ressalta ainda que, ao se tentar desenvolver instrumentos para medir a alfabetização financeira, seria importante determinar não apenas se a pessoa tem a informação, mas, também se ela sabe com aplicá-la de forma apropriada.

Remund (2010), que revisou cem fontes de pesquisa sobre o assunto de 2000 a 2010, ressalta que as muitas definições de alfabetização financeira encaixam-se em cinco categorias: 1) conhecimento de conceitos financeiros, 2) habilidade de se comunicar utilizando estes conceitos, 3) aptidão em administrar suas finanças pessoais, 4) habilidade em tomar decisões financeiras apropriadas e 5) confiança em planejar-se, de forma efetiva, para necessidades futuras. Baseado nos conceitos-chave com que se deparou na literatura, o autor chega à seguinte definição para alfabetização financeira:

Alfabetização financeira é a medida do grau em que um indivíduo entende os conceitos financeiros chave e possui a habilidade e confiança para administrar de forma apropriada suas finanças pessoais, por meio de decisões de curto-prazo e planejamento financeiro de longo prazo, em meio aos eventos que ocorrem em sua vida e às mudanças de condições econômicas (REMUND, David L., 2010, p. 284, tradução nossa).

De acordo com Remund (2010), além de uma definição mais amplamente aceita, os autores por ele pesquisados ressaltam a necessidade de uma medida objetiva de alfabetização financeira, ou seja, uma definição operacional. Esta deve explicar claramente como o conceito abstrato do termo pode ser medido de forma tangível. Segundo ele, o “*gap*” existente entre conceito e medida torna difícil comparar a alfabetização financeira entre várias subpopulações.

Segundo Moore (2003, p.29, tradução nossa):

Os indivíduos são considerados alfabetizados financeiramente se eles são competentes e se conseguem demonstrar que utilizaram o conhecimento que adquiriram. A alfabetização financeira não pode ser medida diretamente, portanto, devem ser usadas *proxies*. A alfabetização é obtida por meio da experiência prática e da ativa integração do conhecimento. Conforme as pessoas se

tornam mais alfabetizadas, elas se tornam cada vez mais sofisticadas financeiramente e, pode-se conjecturar que isso também significa que o indivíduo pode ser mais competente (MOORE, 2003, p.29, tradução nossa).

Huston (2009) ressalta que existem várias barreiras para que se desenvolva uma forma padronizada para medir a alfabetização financeira. A falta de uma conceituação exata do construto alfabetização financeira é a primeira delas, podendo-se citar também a falta de uma medida ampla, que leve em conta todos os componentes das finanças pessoais. Por fim, ela observa que a grande maioria dos estudos sobre o tema, por ela avaliados, não inclui um guia para a interpretação das medidas. De acordo com a autora, “essa falta de clareza é uma barreira para um entendimento geral e comum do construto alfabetização financeira” (Huston, 2009, p 10).

Remund (2010) também observa ainda não foi construído pelos pesquisadores um modelo operacional para medir alfabetização financeira que utilize, simultaneamente, todas as quatro variáveis mais utilizadas para definir o conceito da mesma: orçamento (*budgeting*), poupança (*saving*), empréstimos ou endividamento (*borrowing*) e investimento (*investing*).

Segundo ele, a maioria dos autores utiliza apenas uma delas. O autor também diz ser imperativa a criação de uma escala que seja confiável para determinar o que é aceitável como um bom nível de alfabetização financeira. A escala apurada até o momento dá um intervalo muito grande para o que se considera boa alfabetização financeira para adultos (varia de 53% a 81% de respostas corretas).

Ele argumenta que, sem uma definição exata para o construto, que seja amplamente aceita, e com *scores* com intervalos tão grandes, não é possível chegar a um consenso do que é ou não um bom grau de alfabetização financeira. Segundo ele, é necessário desenvolver e testar uma pesquisa de referência (*benchmark*) nacional (referindo-se aos EUA) para ajudar a estabelecer intervalos mais estreitos para o nível de alfabetização financeira.

Marcolin e Abraham (2006) observam que, apesar de haver certo consenso sobre a definição de alfabetização financeira entre pesquisadores de vários países, pouco foco tem sido colocado na implementação de uma medida congruente da mesma. As autoras sugerem também que outras pesquisas e testes sejam realizados, de forma a determinar referências (*benchmarks*) realistas para medir alfabetização financeira.

Outro ponto levantado por Marcolin e Abraham (2006) é que não tem havido nas pesquisas sobre o tema tentativa alguma de relacionar alfabetização financeira com comportamento financeiro. Elas destacam que ser possível que alguns aspectos da alfabetização financeira sejam mais ou menos significantes, no sentido econômico, para determinar o bom ou mau comportamento financeiro e, conseqüentemente, determinar maior ou menor grau de sucesso, bem

como, a sustentabilidade do sucesso obtido. Elas sugerem também que sejam estudados componentes específicos da alfabetização financeira que, combinados com certas características demográficas teriam maior influência na obtenção do sucesso financeiro.

## 2 O PAPEL DA ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA NO ENDIVIDAMENTO

Lusardi e Tufano (2009) estudaram uma das variáveis que compõem o conceito de alfabetização financeira, a alfabetização relacionada ao endividamento (*debt literacy*), e avaliaram como o seu maior ou menor grau poderá implicar em consequências financeiras menos ou mais favoráveis para o indivíduo.

De acordo com os mesmos autores, poucas pesquisas têm sido realizadas para avaliar a relação entre alfabetização financeira e o endividamento. Porém, o rápido crescimento da dívida das famílias americanas, e sua relação com a crise financeira de 2008, levantaram a questão sobre a relação entre a falta de conhecimento financeiro a assunção de hipotecas e dívidas com cartão de crédito que os indivíduos não têm condições de pagar.

Moore (2003), ao analisar os resultados obtidos em sua pesquisa sobre o assunto, afirma que os respondentes com níveis mais baixos de alfabetização financeira tinham chances maiores de entrar, por exemplo, em hipotecas de maior custo.

Beal e Delpachitra (2003) citam, dentre outros fatores que podem ser sintomas comportamentais de baixa alfabetização financeira, atitudes que favorecem o endividamento: o uso exagerado de cartão de crédito ao ponto de não poder mais quitar a fatura, assumir empréstimos pessoais para consumo, bem como, a tendência para assumir hipotecas com condições aparentemente demasiado otimistas para financiamento de imóveis e para entrar em contratos inapropriados de leasing de veículos.

Essa visão é compartilhada por Campbell (2006), que afirma que indivíduos com níveis menores de renda e de educação não costumam refinar suas hipotecas em períodos de queda de taxas de juros, o que lhes seria vantajoso. Como, de acordo com Lusardi e Mitchell (2007), quanto maior o nível de educação geral do indivíduo maiores são suas chances de ter respostas adequadas às questões financeiras, pode-se concluir que os indivíduos mencionados por Campbell (2006) possuem baixa alfabetização financeira, dado o menor nível de renda em que se encontram.

Lusardi e Tufano (2009) afirmam que, entre os americanos, a falta de alfabetização relacionada ao endividamento pode ser mais relacionada a determinados grupos, sendo

particularmente grandes entre as mulheres, os idosos, as minorias, as pessoas de baixa renda e entre os divorciados ou separados. Ressaltam ainda haver uma forte relação entre a alfabetização relacionada ao endividamento e o custo de crédito pago pelos indivíduos. Eles ressaltam que indivíduos com baixo nível de alfabetização tendem a incorrer em transações de alto custo, pagando tarifas mais altas e utilizando vias de contratação de empréstimo de alto custo. Afirmam ainda que a alfabetização quanto a endividamento é bastante baixa nos EUA: apenas 1/3 da população parece compreender o funcionamento de juros compostos e o funcionamento dos cartões de crédito.

Segundo os autores, se os resultados por eles obtidos forem aplicados ao cartão de crédito, estima-se que um terço das tarifas e encargos pagos pelos indivíduos menos alfabetizados financeiramente podem ser atribuídos à ignorância. Esses indivíduos também tendem a contrair dívidas em excesso e não são capazes de avaliar seu grau de endividamento. Quanto aos detentores de cartão de crédito, a parcela desses consumidores que é menos alfabetizada financeiramente tende a pagar tarifas aproximadamente 50% mais elevadas do que a média.

### **3 CARTÃO DE CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO**

Roberts e Jones (2001) afirmam que o cartão de crédito pode ser visto como um fator que promove gastos, tanto por tornar as transações financeiras mais simples como por remover a necessidade imediata de dinheiro.

Feinberg (1986, citado por Robert e Jones, 2001), constatou que estudantes universitários que haviam sido expostos ao logo de cartões de crédito estavam mais propensos a comprar, a tomar a decisão de compra mais rapidamente e a gastar mais do que estudantes que foram expostos aos mesmos produtos sem a presença do logo de cartão de crédito. Feinberg (1986) concluiu que os estudantes foram condicionados a associar cartão de crédito ao ato de gastar.

Como é ressaltado por Veludo de Oliveira, Ikeda e Santos (2004), a popularização do cartão de crédito em diversos segmentos da população tem ocasionado mudanças no comportamento de grupos que não tinham acesso a esse serviço, percebendo-se que, concomitantemente ao crescimento do acesso ao cartão de crédito, tem ocorrido um aumento do número de inadimplentes.

Para Roberts e Jones (2001), o uso de cartão de crédito, além de estimular gastos, leva a maiores imprudências quando comparado ao dinheiro (papel moeda): para muitos, o dinheiro envolvido nas transações com cartão de crédito é abstrato e irreal.

De acordo com Bernthal, Crocket e Rose (2005), o cartão de crédito possui um poder paradoxal de libertar o consumidor e, ao mesmo tempo, restringir seu poder, pois, apesar de lhe conferir *status* e até mesmo mudar algumas características em seu estilo de vida, pode também aprisioná-lo ao endividamento.

Littwin (2008) ressalta que o cartão de crédito tem se tornado cada vez mais disponível, inclusive para famílias de baixa renda, conforme as operadoras de cartão foram estendendo crédito aos consumidores de maior risco. Essa tendência à “democratização do crédito” e seus efeitos sobre os consumidores de baixa renda não são dignos de aplauso, segundo a autora, pois, sem possibilidade de pagar suas contas em dia, estes consumidores são os que mais pagam juros, representando o segmento mais lucrativo da indústria de cartões. Taxas de juros altíssimas e penalidades cobradas podem aumentar de forma extremamente rápida o valor da dívida original, fazendo com que um modesto valor despendido em compras transforme-se numa dívida com proporções excessivamente grandes.

White (2007), ao estudar a questão da falência pessoal e o uso de cartão de crédito da população americana, ressaltou com base na pesquisa realizada pela *Panel Study of Income Dynamics*, que os motivos mais comuns apresentados pelos americanos pela falência financeira pessoal foram os altos valores que deviam no cartão de crédito, e/ou o uso indevido dos mesmos.

Segundo Mansfield e Pinto (2008), atualmente, o uso de cartões de crédito tornou-se motivo de preocupação social e econômica e Braunsberger, Lucas e Roach (2004, citados por Mansfield e Pinto, 2008, p. 425) afirmam que os órgãos públicos e de proteção ao consumidor (nos EUA), preocupados com os problemas criados pela posse de cartão de crédito, consideram a possibilidade de estabelecer limites para as ações das empresas administradoras de cartões, principalmente no que diz respeito aos indivíduos considerados consumidores mais vulneráveis, como estudantes, idosos, cidadãos com deficiências, etc.

Essa possibilidade concretizou-se em 22 de maio de 2009, quando foi assinado pelo Presidente dos EUA, Barack Obama, o *Credit Card Accountability, Responsibility, and Disclosure Act*. O *Credicard Act*, como ficou conhecido, entrou completamente em vigor em 22 de Fevereiro de 2010.

De acordo com documento divulgado pela Casa Branca (*Fact Sheet: Reforms to protect american Credicard holders*, 22 de maio de 2009)<sup>ii</sup>, os pontos-chave da reforma são: proibição de aumentos injustos de taxas de juros; prevenção de armadilhas desleais no que se refere às tarifas; obrigatoriedade de divulgação de informações em linguagem simples e de fácil entendimento; mais responsabilidade no sistema, de forma que os responsáveis por impor práticas que

prejudiquem famílias e indivíduos sejam punidos; proteção para estudantes e jovens no que se refere ao uso de cartões de crédito.

A vulnerabilidade do consumidor brasileiro no que diz respeito aos cartões de crédito torna-se preocupante, uma vez que, em 2009, os cartões de crédito foram responsáveis por quase 37% de todas as reclamações recebidas pelos órgãos de proteção do consumidor de 21 estados brasileiros sendo que, desse percentual, aproximadamente 75% eram relacionadas a cobranças indevidas do consumidor.<sup>iii</sup>

Devido aos dados acima citados, em 01 de junho de 2010, foi publicada no *web site* da Câmara dos Deputados a notícia de que o Ministério da Justiça, representado pelo diretor-geral do departamento de proteção e defesa do consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, cobrou a criação de uma regulamentação específica para a indústria de cartões de crédito.

Em 25 de novembro de 2010, com o objetivo de tornar as regras mais claras na prestação desse tipo de serviço, o Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu pela edição da Resolução nº 3.919 que, dentre outras mudanças, pela padronização da cobrança de tarifas sobre cartões de crédito. As novas regras entraram em vigor a partir de 1º de junho de 2011 e, segundo elas, só poderão ser cobradas cinco tarifas referentes à prestação de serviços de cartão de crédito. As regras sobre o pagamento mínimo da fatura também mudaram e, a partir dessa data, o pagamento mensal não poderá ser inferior a 15% do valor total da fatura. (Banco Central do Brasil, Cartilha Cartão de Crédito, 2011).

A Resolução 3919 de 25/11/2010, apesar de regulamentar algumas regras de conduta acerca dos cartões de crédito por parte das operadoras, não é ainda uma legislação específica para os cartões, pois, engloba regras diversas a serem adotadas por todas as instituições financeiras no que se refere a outros instrumentos, como cheques, boletos, etc.

De qualquer forma, os dados são preocupantes e levam a crer que, a menos que medidas sérias sejam tomadas no sentido da conscientização e alfabetização financeira da população brasileira, a vulnerabilidade do consumidor e sua propensão ao endividamento tenderão a crescer mais e mais, podendo levar a graves consequências, tanto no âmbito pessoal e familiar do cidadão, como também no âmbito da sociedade como um todo, caso esses fatos realmente desencadeiem uma crise de crédito no país, semelhante à ocorrida em 2008 nos Estados Unidos.

Como será abordado no item IV, o consumidor brasileiro de baixa renda tem perfil semelhante ao consumidor americano de baixa renda que, de acordo com Litwin (2008), tem pouco conhecimento quanto aos meandros de utilização desse instrumento e acaba por ficar mais

vulnerável à aplicação de altas taxas de juros e penalidades, o que acaba por multiplicar sua dívida original.

#### 4 O ENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR BRASILEIRO

Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), o total de famílias brasileiras endividadas atingiu, em Dezembro de 2011, o patamar de 58,6%, sendo que 7,2% não terão condições de quitar suas dívidas.<sup>iv</sup> Esses dados são apresentados no Quadro 1.

**Quadro 1** – Síntese dos resultados

<b>Síntese dos Resultados (% em relação ao total de famílias)</b>			
<b>Total de Endividadados</b>		<b>Dívidas ou Contas em Atraso</b>	<b>Não Terão Condições de Pagar</b>
Dez/10	58,3%	23,5%	8,3%
Nov/11	59,0%	20,0%	7,3%
<b>Dez/11</b>	<b>58,6%</b>	<b>21,2%</b>	<b>7,2%</b>

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo CNC – Pesquisa Nacional de Inadimplência do Consumidor (PEIC), Dezembro, 2011.

No Quadro 2, são apresentados os dados de endividamento das famílias brasileiras, por tipo de dívida e por nível de renda – até dez salários mínimos e acima de dez salários mínimos. Como pode ser visualizada neste quadro, a maior parte do endividamento das famílias brasileiras se dá via cartão de crédito, que é responsável por 73,1% do total, representando 73,1% do endividamento das famílias com renda de até 10 salários mínimos e 73,4% no caso das famílias com renda superior a 10 salários mínimos.

**Quadro 2 - Tipo de dívida**

<b>Tipo de dívida (% de famílias)</b>			
<b>Dezembro de 2011</b>			
<b>Tipo</b>	<b>Total</b>	<b>Renda Familiar Mensal</b>	
		<b>Até 10 SM</b>	<b>+ de 10 SM</b>
<b>Cartão de Crédito</b>	73,1%	73,1%	73,4%
<b>Cheque Especial</b>	6,0%	5,6%	8,7%
<b>Cheque Pré-datado</b>	3,2%	3,2%	1,9%
<b>Crédito Consignado</b>	3,2%	3,3%	2,6%
<b>Crédito Pessoal</b>	11,0%	11,2%	9,2%
<b>Carnês</b>	21,5%	22,4%	13,5%
<b>Financiamento de Carro</b>	10,4%	8,9%	20,8%
<b>Financiamento de Casa</b>	3,0%	2,5%	6,2%
<b>Outras Dívidas</b>	2,5%	2,6%	0,9%
<b>Não sabe</b>	0,4%	0,4%	0,1%
<b>Não respondeu</b>	0,6%	0,5%	0,9%

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo CNC – Pesquisa Nacional de Inadimplência do Consumidor (PEIC), Dezembro, 2011.

O Quadro 3 apresenta o nível de endividamento da população, segundo a percepção do respondente. Em Dezembro de 2010, 13,3% consideravam-se muito endividados, contra 15,4% em Dezembro de 2011. Este dado, apesar de ter decrescido com relação ao mês anterior, subiu 2,1 pontos percentuais com relação há doze meses atrás.

**Quadro 3 - Nível de Endividamento**

<b>Nível de Endividamento (% em relação ao total de famílias)</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Dezembro/10</b>	<b>Novembro/11</b>	<b>Dezembro/11</b>
<b>Muito Endividado</b>	13,3%	16,0%	15,4%
<b>Mais ou Menos Endividado</b>	22,0%	22,2%	21,4%
<b>Pouco Endividado</b>	23,0%	20,8%	21,8%
<b>Não Tem Dívidas Desse Tipo</b>	40,6%	39,8%	40,1%
<b>Não sabe</b>	0,8%	1,2%	1,1%
<b>Não Respondeu</b>	0,3%	0,1%	0,2%

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo CNC – Pesquisa Nacional de Inadimplência do Consumidor (PEIC), Dezembro, 2011.

Esses dados são bastante preocupantes. Paul Marshall (2011), gestor de recursos da britânica *Marshall Wace* e co-gestor do fundo Eureka, afirma em seu artigo publicado no site do

jornal *Financial Times*, que o Brasil estaria caminhando para uma crise de crédito como a que abalou os Estados Unidos em 2008. Ele argumenta que a expansão rápida do crédito no país, com elevadas taxas de juros, caracterizam uma “bolha” de crédito, pois muito crédito está sendo concedido pelos bancos a altas taxas aos consumidores, os quais, no final, provavelmente, não conseguirão pagar as dívidas.

## 5 A INDÚSTRIA DE CARTÕES NO BRASIL

No Brasil, o número de cartões de crédito em poder da população, bem como o de transações e movimentação financeira com os mesmos, vem crescendo ano a ano.

O quadro 5 apresenta os dados divulgados pela ABECS, Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços. Nesse quadro podem ser visualizados os dados absolutos, e suas respectivas variações percentuais ano a ano, dos cartões de crédito, de débito e cartões de rede de lojas.<sup>1</sup>

O número de cartões de crédito passou de 28,5 milhões em 2000 para 173 milhões na estimativa de 2011, apresentando um crescimento de 509% no período. O número de transações cresceu 498% e a movimentação financeira com este tipo de cartão cresceu 745%, passando de R\$ 45,7 bilhões para R\$ 386 bilhões.

Quanto aos cartões de débito, em número de cartões eles cresceram 454%, em transações cresceram 1555% e, em faturamento 1858%, de 2000 a 2011.

Os cartões de redes de lojas passaram de 42 milhões para 247 milhões, de 2000 a 2011, crescendo 487%. Em número de transações cresceram 362% e, em faturamento, passaram de R\$ 10 bilhões em 2000 para R\$ 85 bilhões em 2011, apresentando um crescimento de 735% no período.

De acordo com dados da ABECS, a inadimplência de pessoas físicas teve um decréscimo de 5% de 2009 para 2010, passando de R\$ 25,0 bilhões para R\$ 23,7 bilhões. No entanto, de 2010 para 2011, houve uma elevação de 55% na inadimplência, passando para R\$ 36,7 bilhões.

---

<sup>1</sup> De acordo com Roque Pellizzaro Junior presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), a facilidade de acesso aos cartões de crédito e seu crescimento junto às camadas mais pobres da população tem contribuído para elevar a inadimplência desses consumidores. De acordo com ele, “essas classes ainda não se acostumaram com o maior poder de compra e acabaram se endividando”. Além disso, essa parcela da população desconhece as ferramentas do cartão de crédito, acaba atrasando pagamentos e pagando um alto custo por isso, enquanto poderia ter parcelado, a um custo menor, diretamente com a loja, no ato da compra. (Classe C desconhece ferramentas do cartão de crédito, 09/02/2012, Revista Exame.com, <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/cndl-classe-c-desconhece-ferramentas-do-cartao-de-credito>. Consulta realizada em 25/02/2012).

Segundo a mesma fonte, observa-se uma tendência de crescimento na inadimplência com cartão de crédito, tanto nas transações totais como nas transações com juros (compras parceladas com juros, mais rotativo). Nas transações totais, o acréscimo foi de 11,4% de 2010 para 2011, passando de 7% para 7,8%. Nas transações com juros, o acréscimo foi de 10,3%, passando de 24,2% para 26,7%.

Quadro 4

		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
<b>Total</b>	<b>Cartões</b> - milhares	118.249	151.359	183.144	221.605	277.006	336.179	387.766	452.549	514.068	565.228	628,015	687,003
	Variação % ano anterior		28%	21%	21%	25%	21%	15%	17%	14%	10%	11%	9%
	<b>Transações</b> - milhares	1.095.088	1.368.860	1.628.944	1.938.443	2.519.976	3.158.111	3.704.056	4.428.765	5.322.888	6.105.761	7,089,948	8,317,339
	Variação % ano anterior		25%	19%	19%	30%	25%	17%	20%	20%	15%	16%	17%
	<b>Faturamento</b> - R\$ milhões	65.379	87.608	103.378	127.155	158.943	199.518	244.671	301.617	375.363	444.212	541,859	668,449
	Variação % ano anterior		34%	18%	23%	25%	26%	23%	23%	24%	18%	22%	23%
<b>Crédito</b>	<b>Cartões</b> - milhares	28.466	37.290	41.392	45.117	52.787	67.902	82.399	104.466	124.490	136.212	153,375	173,282
	Variação % ano anterior		31%	11%	9%	17%	29%	21%	27%	19%	9%	13%	13%
	<b>Transações</b> - milhares	571.146	673.952	775.045	883.552	1.086.768	1.336.474	1.566.376	1.860.255	2.202.466	2.545.702	2,936,343	3,416,860
	Variação % ano anterior		18%	15%	14%	23%	23%	17%	19%	18%	16%	15%	16%
	<b>Faturamento</b> - R\$ milhões	45.739	59.918	68.905	82.686	95.089	115.417	141.851	173.831	215.059	255.709	313,737	386,314
	Variação % ano anterior		31%	15%	20%	15%	21%	23%	23%	24%	19%	23%	23%
<b>Débito</b>	<b>Cartões</b> - milhares	48.045	63.899	82.430	105.510	138.219	170.781	187.099	201.382	216.785	232.549	249,293	266,319
	Variação % ano anterior		33%	29%	28%	31%	24%	10%	8%	8%	7%	7%	7%
	<b>Transações</b> - milhares	206.540	344.922	479.442	637.658	943.734	1.245.731	1.451.678	1.708.695	2.101.687	2.417.860	2,876,427	3,418,751
	Variação % ano anterior		67%	39%	33%	48%	32%	17%	18%	23%	15%	19%	19%
	<b>Faturamento</b> - R\$ milhões	10.082	15.929	20.868	27.545	42.144	55.573	66.508	82.623	107.352	128.985	159,647	197,379
	Variação % ano anterior		58%	31%	32%	53%	32%	20%	24%	30%	20%	24%	24%
<b>Rede e Loja</b>	<b>Cartões</b> - milhares	42.180	50.194	59.229	71.074	86.000	97.496	118.268	146.701	172.793	196.467	225,347	247,402
	Variação % ano anterior		19%	18%	20%	21%	13%	21%	24%	18%	14%	15%	10%
	<b>Transações</b> - milhares	320.884	349.764	367.252	411.322	489.474	575.906	686.001	859.815	1.018.736	1.142.199	1,277,178	1,481,728
	Variação % ano anterior		9%	5%	12%	19%	18%	19%	25%	18%	12%	12%	16%
	<b>Faturamento</b> - R\$ milhões	10.142	12.677	14.832	17.650	21.710	28.528	36.312	45.163	52.952	59.518	68,475	84,755
	Variação % ano anterior		25%	17%	19%	23%	31%	27%	24%	17%	12%	15%	24%

Fonte: ABECS – Associação Brasileira de Empresas de Cartões e Serviço <http://www.abecs.org.br/>, site consultado em 22/02/2012.

## 6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

De acordo com a literatura consultada, a falta de alfabetização financeira é, aparentemente, um fenômeno mundial e, assim sendo, o Brasil também pode ser incluído como parte integrante do problema.

O fato da população brasileira de baixa renda estar tendo acesso fácil a várias formas de crédito, inclusive aos cartões, a falta de alfabetização financeira torna-se cada vez mais preocupante, uma vez que o cartão de crédito, por si só, tende a induzir o consumidor a maiores gastos, dado que muitos o vêem como algo mais abstrato do que o dinheiro “vivo”, dificultando o entendimento das consequências que o uso do cartão pode ter na deterioração das finanças pessoais e no grau de endividamento.

Diante da literatura pesquisada e dos dados secundários analisados, conclui-se ser de grande relevância o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre o grau de alfabetização financeira da população brasileira, uma vez que ela pode ter características distintas daquela concebida para países mais desenvolvidos, que têm diferentes históricos sociais e financeiros.

Não menos importante é a realização de estudos mais profundos sobre as consequências do acesso do consumidor brasileiro ao cartão de crédito, uma vez que ele representa a sua maior fonte de endividamento.

## REFERÊNCIAS

ABECS – Associação Brasileira de Empresas de Cartões e Serviços <http://www.abecs.org.br/> , site consultado em 22/02/2012.

Banco Central do Brasil, Cartilha Cartão de Crédito, 2011.

Beal, Diana J and Delpachitra Sarath B. *Financial Literacy Among Australian University Students*, [Economic Papers, Volume 22, Issue 1, pages 65–78, March 2003](#)

Berntal, M.J.; Crockett, D. and Rose, L. Credit Cards as Lifestyle Facilitators, *Journal of Consumer Research*; Jun 2005; 32, 1; ABI/INFORM Global pg. 130.

Campbell, John (2006), “Household Finance,” *Journal of Finance* 61, pp. 1553-1604.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo CNC, Pesquisa Nacional de Inadimplência do Consumidor (PEIC), Julho, 2010. Disponível em <<http://www.portaldocomercio.org.br>>

---

Conselho Monetário Nacional Resolução 3919, de 25/11/2010.  
<http://www.bcb.gov.br/htms/normativ/RESOLUCAO3919.pdf>

Criddle E (2006) Financial literacy: Goals and values, not just numbers', *In Alliance*, vol. 34, p. 4

Exame.com, <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/cndl-classe-c-desconhece-ferramentas-do-cartao-de-credito>, notícia publicada em 09/02/2012. Consulta realizada em 25/02/2012.

Huston, Sandra J. Measuring Financial Literacy *The Journal of Consumer Affairs*, Vol. 44, No. 2, 2010.

Joireman, Jeff; Kees, Jeremy And Sprott, David. Concern with Immediate Consequences Magnifies the Impact of Compulsive Buying Tendencies on College Students' Credit Card Debt. *The Journal of Consumer Affairs*, Vol. 44, No. 1, 2010

Littwin, Angela. *Beyond Usury: A Study of Credit-Card Use and Preference Among Low-Income Consumers*, Texas Law Review, Vol. 86, Number 3, February 2008

Lusardi, Annamaria. *Financial Literacy: An Essential Tool for Informed Consumer Choice?* Paolo Baffi Centre Research Paper Series No. 2009-35

Lusardi, Annamaria and Olivia S. Mitchell (2007). "Baby Boomer Retirement Security: The Role of Planning, Financial Literacy, and Housing Wealth," *Journal of Monetary Economics*, 54, pp. 205-224

Lusardi, Annamaria and Tufano, Peter. *Debt Literacy, Financial Experiences, and Over indebtedness* (March 2009). NBER Working Paper Series, Vol. w14808, pp. -, 2009. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1366208>

Marcolin, Sonia and Abraham, Anne. *Financial literacy research: current literature and future opportunities*, 3rd International Conference of Contemporary Business 2006, Leura, 21-22 September.

Mansfield, Phylis M. and Pinto, Mary Beth. Consumer Vulnerability and Credit Card Knowledge Among Developmentally Disabled Citizens. *The Journal of Consumer Affairs*, Vol. 42, No. 3, 2008

Marshall , Paul. *Brazil may be heading for a subprime crisis*, Paul FINANCIAL TIMES, Published: February 21 2011 15:02 | Last updated: February 21 2011 15:02. <http://www.ft.com/cms/s/0/eca47380-3dc4-11e0-ae2a-00144feabdc0.html#axzz1KvITLKHt>.

Ministério Da Justiça Defende Norma Especifica Para Cartões De Credito. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/CONSUMIDOR/148502-MINISTERIO-DA-JUSTICA-DEFENDE-NORMA-ESPECIFICA-PARA-CARTOES-DE-CREDITO.html>>. Acesso em: 3 de agosto de 2010.

Moore, Danna (2003), “Survey of Financial Literacy in Washington State: Knowledge, Behavior, Attitudes, and Experiences,” Technical Report n. 03-39, Social and Economic Sciences Research Center, Washington State University.

Morris, Charles M.(2008). *The Trillion Dollar Meltdown: Easy Money, High Rollers, and the Great Credit Crash*, 2008.

O’Donoghue, Ted and Rabin, Matthew. The Economics of immediate gratification. *Journal of Behavioral Decision Making*, 13 (2): 233-250, 2000.

Remund, David L. *Financial Literacy Explicated: The Case for a Clearer Definition in an Increasingly Complex Economy* The Journal of Consumer Affairs, Vol. 44, No. 2, 2010, p. 284.

Shafir, Eldar and Thaler, Richard. Invest now, drink later, spend never: on the mental accounting of delayed consumption. *Journal of Economic Psychology*, 27 (5): 694-712, 2006.

THE WHITE HOUSE, Office of the Press Secretary. *Fact Sheet: Reforms to Protect American Credit Card Holders*, May 22, 2009. Disponível em: [http://www.whitehouse.gov/the\\_press\\_office/Fact-Sheet-Reforms-to-Protect-American-Credit-Card-Holders](http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Fact-Sheet-Reforms-to-Protect-American-Credit-Card-Holders)>. Acesso em: 2 de agosto de 2010, 10:30:00.

Veludo De Oliveira, Tânia Modesto; Ikeda, Ana Akemi and Santos, Rubens da Costa. Compra compulsiva e a influência do cartão de crédito. *Rev. adm. empres.* [on line]. 2004, vol.44, n.3 [cited 2011-04-29], pp. 89-99

Walstad, William B., Rebeck, Ken and Macdonald, Richard A. The Effects of Financial Education on the Financial Knowledge of High School Students, *The Journal of Consumer Affairs*, Vol. 44, No. 2, 2010

White, Michelle J. Bankruptcy Reform and Credit Cards, *Journal of Economic Perspectives*—Volume 21, Number 4—Fall 2007—Pages 175–199.

<sup>i</sup> Nakagawa, F. BC incentiva crédito no momento em que dívida de brasileiro bate recorde, Jornal O Estado de S. Paulo, 19/11/2011, em <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,bc-incentiva-credito-no-momento-em-que-divida-de-brasileiro-bate-recorde,92853,0.htm><http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,bc-incentiva-credito-no-momento-em-que-divida-de-brasileiro-bate-recorde,92853,0.htm>. Fonte consultada em 25/02/2012.

<sup>i</sup> THE WHITE HOUSE, Office of the Press Secretary. FACT SHEET: REFORMS TO PROTECT AMERICAN CREDIT CARD HOLDERS, May 22, 2009.

Disponível em: [http://www.whitehouse.gov/the\\_press\\_office/Fact-Sheet-Reforms-to-Protect-American-Credit-Card-Holders](http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Fact-Sheet-Reforms-to-Protect-American-Credit-Card-Holders)>. Acesso em: 2 de agosto de 2010, 10:30:00.

<sup>i</sup> MINISTERIO DA JUSTICA DEFENDE NORMA ESPECIFICA PARA CARTOES DE CREDITO. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/CONSUMIDOR/148502-MINISTERIO-DA-JUSTICA-DEFENDE-NORMA-ESPECIFICA-PARA-CARTOES-DE-CREDITO.html>>. Acesso em: 3 de agosto de 2010, 14:20:00.

<sup>i</sup> Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo CNC – Pesquisa Nacional de Inadimplência do Consumidor (PEIC), Dezembro, 2011 <http://www.portaldocomercio.org.br>.

<sup>i</sup> Brazil may be heading for a subprime crisis, Paul Marshall, FINANCIAL TIMES, Published: February 21 2011 15:02 | Last updated: February 21 2011 15:02. <http://www.ft.com/cms/s/0/eca47380-3dc4-11e0-ae2a-00144feabdc0.html#axzz1KvITLKHt>.

<sup>i</sup> Segundo a Abecs, a metodologia de apuração é a seguinte: **Cartões de Crédito:**

Cartões das grandes bandeiras internacionais (American Express, Diners, MasterCard e Visa); **Cartões de Débito:** Cartões com acesso direto às contas bancárias (corrente, poupança etc.) com as bandeiras ligadas ao sistema MasterCard (Maestro e Redeshop) e Visa (VisaElectron); **Cartões de Loja:** Cartões de uso exclusivo em uma rede varejista específica (exemplo: Lojas C&A, Renner, Riachuelo, Casas Pernambucanas etc.); **Cartões de Rede:** Cartões aceitos em uma rede de múltiplos estabelecimentos comerciais de abrangência regional ou nacional (exemplo: HiperCard, Sorocred, CredSystem, Aura etc.).

Para os Grupos de Cartões (Crédito, Débito e Loja e Rede) as categorias de dados se referem a: **Número de Cartões:** Número total de plásticos habilitados em cada modalidade. Caso um cartão tenha função crédito e débito no mesmo plástico, deverá ser contado duas vezes, nas respectivas modalidades (Crédito, Débito, Loja e Rede); **Valor e Quantidade de Transações:** Total das transações de compra feitas pelos portadores no Brasil ou no exterior. Não inclui saques feitos em ATMs ou na rede bancária.